

# **AVALIAÇÃO DE REDES DE ENSINO E GESTÃO EDUCACIONAL: O QUE APONTAM OS ESTUDOS ACADÊMICOS**

Adriana Bauer

Fundação Carlos Chagas/ Faculdade de

Educação da USP –Brasil

dri\_bauer@yahoo.com.br

## **Resumo**

Este texto apresenta os resultados de um levantamento bibliográfico que focalizou a produção acadêmica sobre avaliação de sistemas educacionais em sua interface com a discussão de gestão educacional. Partindo de uma discussão inicial sobre aspectos que têm sido problematizados no entrecruzamento entre as políticas de avaliação e as de gestão, buscou-se compreender quais concepções de gestão educacional têm respaldado trabalhos de mestrado e doutorado no Brasil, e como são caracterizadas as relações entre as diversas políticas e programas de gestão e as propostas de avaliação externa em seus diversos âmbitos. O estudo baseia-se nas teses e dissertações produzidas no período de 1987 a 2011, pesquisadas no Banco de Teses e Dissertações da Capes.

**Palavras-chave:** avaliação de sistemas educacionais, levantamento bibliográfico, gestão educacional

## **Introdução**

Desde aproximadamente o último quartil do século XX, tem-se observado o desenvolvimento e a expansão de avaliações externas de redes de ensino não somente no Brasil, mas em diversos países (Sousa e Oliveira, 2007; Bauer, 2010; Brooke; Cunha; Faleiros, 2011). Alguns dos mecanismos propulsores do desenvolvimento desse tipo de avaliação são: (1) a preocupação com os índices e (2) a preocupação com a qualidade dos serviços educacionais, (3) a necessidade de gerenciar de forma eficaz os recursos disponíveis para a educação, (4) o aprimoramento da efetividade das propostas

de políticas e programas realizadas, calcando-as em (5) informações à que darão suporte à tomada de decisões na área educacional. (Freitas, 2013; Bauer, 2012). Soma-se a esses fatores a introdução de uma lógica de descentralização na administração dos sistemas educacionais, que delega à avaliação de redes de ensino um papel de destaque.

Tais avaliações têm ganhado centralidade na administração e gestão das redes de ensino, muitas vezes vindo a constituir a própria política educacional. Os contornos assumidos por essas políticas em diferentes países são distintos, mas observam-se alguns delineamentos comuns, como os citados por Freitas:

- Expansão do alcance;
- Diversificação e articulação dos meios;
- Padronização
- Exterioridade
- Centralização da informação
- Primado dos resultados
- Primado da quantificação. (Freitas, 2013, p. 93)

No Brasil, a proposição de avaliações de rendimento de alunos começou a se desenvolver a partir do início dos anos 1990, sendo possível observar diversas alterações quanto aos seus objetivos iniciais e seus desenhos metodológicos.

Inicialmente, as avaliações externas justificaram-se pela necessidade de obtenção de informações que pudessem ser úteis para subsidiar a tomada de decisões nas esferas centrais. Sua principal função era diagnóstica, não havendo indicativos de que tais avaliações teriam consequências diretas para as escolas e as práticas pedagógicas nelas realizadas, para os alunos e para os profissionais de ensino; os desenhos metodológicos propostos eram amostrais. Posteriormente, observa-se uma mudança na sua abrangência sendo que, tendencialmente, tornaram-se censitários. Outro destaque deve ser feito à mudança nos objetivos e funções subjacentes às avaliações, que passam a atrelar consequências simbólicas ou materiais aos resultados das avaliações (Bonamino; Sousa, 2012), caracterizando-as como ferramentas de gerenciamento da rede de ensino.

Diversos autores têm analisado as relações entre avaliação em larga escala e gestão educacional, tanto no que se refere à gestão na esfera dos órgãos centrais (gestão do sistema de ensino), que inclui desde a gestão do currículo proposto até a de formação de professores e a de recursos (Sousa, 2003, Vieira, 2007, Bauer, 2011), quanto no que se refere à gestão e ao planejamento no âmbito da escola (Oliveira, 2011; Gimenes; Silva, 2012; Souza, 2013).

Werle (2011) destaca o papel da avaliação na gestão do sistema de ensino no Plano Nacional de Educação de 2001, em que ela aparece como ferramenta para elevação progressiva do nível de desempenho dos alunos, por meio da utilização do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica e de seus indicadores de monitoramento.

Além da importância dada à avaliação no PNE, pode-se dizer que com a proposição da Prova Brasil e o advento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) observa-se a acentuação do desenvolvimento de sistemas próprios de avaliação nos estados da federação. Pesquisa recente aponta que, dos 27 estados da federação brasileira, 19 possuem suas próprias propostas de avaliação em larga escala. (Horta Neto, 2013). Esta expansão não ocorre, contudo, apenas nos estados subnacionais, sendo possível notar que diversos municípios têm adotado políticas sistemáticas de uso dos resultados das avaliações federais ou, ainda, proposto iniciativas próprias de avaliação externa em suas redes de ensino, inclusive inspirados por políticas como o PDE-Escola<sup>1</sup> e o Plano de Ações Articuladas (PAR)<sup>2</sup>, por exemplo.

Algumas análises atribuem o potencial das avaliações para o direcionamento da gestão educacional como um dos motivos que justificam tal expansão. Tal movimento seria calcado no reconhecimento, em diferentes esferas de governo, da importância de se subsidiar as ações, no âmbito da gestão, em informações e dados coletados de forma sistemática e organizada.

No entanto, como mostram Martins e Sousa (2011), os estudos acadêmicos que visam responder aos questionamentos que surgem no campo da avaliação e das políticas públicas ainda são escassos e seu desenho teórico-metodológico apresenta potencial relativo para informar e aprofundar os debates sobre as relações entre avaliação e gestão educacional.<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> PDE Escola foi concebido no âmbito do Fundescola, objeto do acordo de empréstimo firmado em 1998 entre o governo brasileiro e o Banco Mundial, cujo objetivo era melhorar a gestão escolar, a qualidade do ensino e a permanência das crianças na escola. [...] Fonte: [http://pdeescola.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=51&Itemid=2](http://pdeescola.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=51&Itemid=2). Acesso em 31/10/2013.

<sup>2</sup> Plano elaborado por estados, municípios e Distrito Federal caso aderirem ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, um plano estratégico proposto no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Fonte: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&id=159&Itemid=235](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=159&Itemid=235). Acesso em 31/10/2013.

<sup>3</sup> No referido estudo, as autoras discutem contribuições de 25 estudos acadêmicos para o debate sobre as relações entre avaliação e gestão educacional.

Diversos autores já se debruçaram sobre as relações entre avaliação e gestão educacional. Dois estudos podem ser destacados por ilustrar mudanças nas características das relações entre avaliação e gestão. Tratam-se dos estudos de Sousa e Oliveira (2007) e de Brooke e Cunha (2011).

Sousa e Oliveira (2007) coordenaram, durante o período de 2005 a 2007, pesquisa que analisou os sistemas de avaliação implantados em cinco unidades federadas (Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraná e São Paulo). Um dos aspectos investigados foi *se e como* os resultados produzidos por avaliações nesses estados pautaram a formulação e implementação de políticas educacionais que interferiam na gestão das redes de ensino e das escolas.

Durante a pesquisa, observaram que os documentos oficiais que originaram aquelas avaliações tendiam a anunciar, como um de seus objetivos, o subsídio a diferentes níveis do sistema na tomada de decisões. Esperava-se, no discurso oficial, que as avaliações influenciassem o currículo, as práticas pedagógicas e a infraestrutura da escola. No entanto, naquele momento, os autores perceberam que tais influências eram tênues ou inexistentes, ainda que, nas entrevistas realizadas com gestores, tivessem notado uma expectativa de que as avaliações se tornassem mais úteis à gestão

Pesquisa posterior, realizada por Nigel Brooke e outros (2011), encontrou a relação entre avaliação externa e a gestão em outro patamar. Os autores afirmam a intensificação da aplicação dos resultados das avaliações externas no que denominam de uma “nova geração de políticas de Gestão”. Para eles, os resultados das avaliações têm sido utilizados, tendencialmente, como instrumentos de gestão com diversos objetivos:

- Para avaliar e orientar a política educacional;
- Para informar as escolas sobre a aprendizagem dos alunos e definir as estratégias de formação continuada
- Para informar ao público
- Para a alocação de recursos
- Para políticas de incentivos salariais
- Como componente da política de avaliação docente
- Para a certificação de alunos e escolas (p. 24)

Tendo em vista esse cenário, o propósito desse artigo é compreender como diversos autores de trabalhos acadêmicos têm reportado as relações entre avaliação externa e gestão educacional ou gestão escolar, quer no nível das redes de ensino, quer no interior das escolas.

Inicialmente, faz-se uma análise descritiva dos trabalhos selecionados, focalizando em suas características gerais (área de concentração, focos de interesse, evolução temporal, instituições em que foram produzidos, orientadores, procedimentos metodológicos utilizados, lacunas na discussão), a fim de compreender tendências dominantes nesta produção.

Posteriormente, a partir dos estudos de doutorado, outros aspectos de análise são aprofundados, quais sejam:

- Quais são as temáticas discutidas ao longo do tempo? Quais são os temas que não aparecem como objeto de pesquisa?

- Que relações entre avaliação e larga escala e gestão educacional os autores dos trabalhos têm identificado?

### **Metodologia da pesquisa**

Este trabalho é fruto do levantamento bibliográfico de teses e dissertações produzidas no período de 1987 a 2011, realizado no Banco de Teses e Dissertações da Capes, que buscou abranger estudos acadêmicos produzidos na temática de avaliação de sistemas educacionais no Brasil no período, originando uma base de dados com 294 trabalhos<sup>4</sup>.

Para a produção deste artigo, optou-se por fazer um recorte nessa base de dados, selecionando-se apenas trabalhos que tratam da temática da gestão. Para se proceder a essa seleção, foram feitas buscas pelo descritor “gestão” nos campos “título”, “resumo” e “palavras-chave”. A seleção resultou em 44 trabalhos, sendo 9 doutorados, 1 mestrado profissionalizante e 34 mestrados acadêmicos.

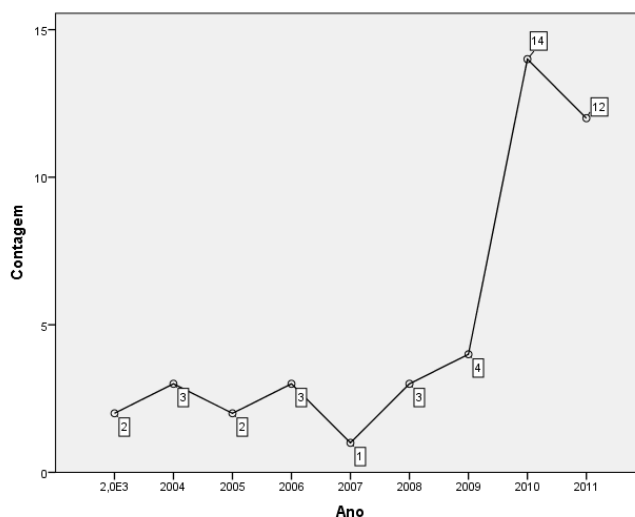
Ainda que a produção seja majoritariamente da área de educação ou do “ensino de” (30 trabalhos no total nessas duas áreas), nota-se que outras áreas têm se preocupado em discutir as relações entre avaliação externa e gestão ou administração escolar. No recorte analisado, encontram-se trabalhos de Programas de Pós-graduação das áreas de Economia (6 trabalhos), Administração (2 trabalhos), Psicologia (1 trabalho), Ciências Políticas (1 trabalho), Linguística (3 trabalhos) e Geografia (1 trabalho). A classificação

---

<sup>4</sup> As publicações que tematizam as relações entre avaliação externa e gestão, utilizadas neste artigo, foram selecionadas a partir de um banco de dados que foi elaborado para um projeto de pesquisa mais amplo e que é dependente das informações fornecidas pelos autores, como sendo seu objeto de estudo, nos resumos, títulos e palavras-chave.

é proveniente da informação registrada na Ficha do Trabalho junto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

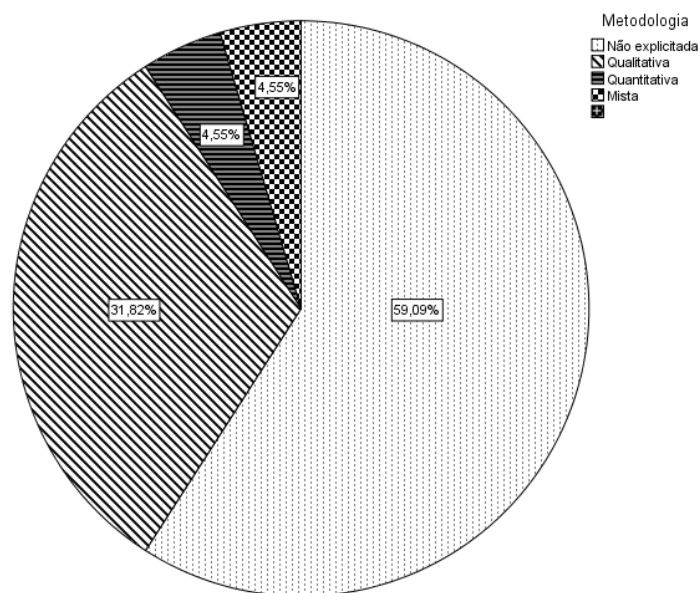
Observa-se, por meio do Gráfico 1, que o interesse por essa temática aumentou consideravelmente nos últimos 5 anos. Os primeiros trabalhos acadêmicos que procuraram associar gestão e avaliação foram defendidos em 2003, ainda que se note que as discussões sobre as avaliações externas comecem a aparecer, em âmbito acadêmico, a partir de 1998 (ver Bauer, 2012; Bauer; Reis, 2013). Nota-se que a partir de 2009 há um crescente interesse pelas relações entre avaliação e gestão, sendo que o número de trabalhos defendidos em 2010 e 2011 (26 trabalhos) supera a somatória de trabalhos defendidos nos anos anteriores (18 trabalhos).



**Gráfico 1** – Distribuição temporal dos trabalhos

É possível notar, ainda, que a produção acadêmica que focaliza as relações entre avaliação e gestão é proveniente de 30 diferentes instituições. Grande parte delas (21) produziu apenas um dos trabalhos localizados. A maior concentração de trabalhos está na UnB (5). Destacam-se, ainda, as produções da Unisinos, da UFMG, da Unesp de Marília e da Universidade Federal do Ceará (UFC), cada uma com três trabalhos produzidos.

A grande maioria dos trabalhos não explicita, em seus resumos, a metodologia de pesquisa utilizada. Dentro os que possuem essa informação, pode-se notar o predomínio de abordagens qualitativas de pesquisa, que muitas vezes calcam-se na análise de casos únicos. Poucos trabalhos (cerca de 4,5%) apresentam metodologia mista ou quantitativa, como forma de olhar para a realidade analisada. (Gráfico 2)



**Gráfico 2** – Abordagens metodológicas dos trabalhos

Ainda que bastante similares em relação às temáticas de interesse, percebe-se uma diferenciação entre os trabalhos com relação ao nível de gestão para o qual as análises são direcionadas. Viera (2007), ao analisar conceitos relativos à gestão da educação básica, sintetiza as diferenças entre esses dois níveis de gestão:

[...] a gestão educacional refere-se a um amplo espectro de iniciativas desenvolvidas pelas diferentes instâncias de governos, seja em termos de responsabilidades compartilhadas na oferta de ensino, ou de outras ações que desenvolvem em suas áreas específicas de atuação. A gestão escolar, por sua vez, como a própria expressão sugere, situa-se no plano da escola e diz respeito a tarefas que estão sob sua esfera de abrangência.

[...] Assim, é lícito afirmar que a gestão educacional situa-se na esfera macro, ao passo que a gestão escolar localiza-se na esfera micro. Ambas articulam-se mutualmente, dado que a primeira justifica-se a partir da segunda. (Vieira, 2007, p. 63).

Assim, tomando-se como referência as diferenças acima apresentadas, percebe-se que alguns trabalhos focalizam as relações entre avaliação externa e gestão educacional (nível da macro ou da mesopolítica), circunscrevendo a análise na gestão de nível central (secretarias estaduais e municipais de educação, diretorias ou coordenadorias de ensino), enquanto outros focalizam as análises no interior das escolas, buscando apreender como se dão essas relações a partir do olhar sobre o trabalho dos gestores escolares, diretores ou coordenadores pedagógicos, bem como os próprios professores na gestão cotidiana da sala de aula. Destaca-se que alguns estudos

focalizam nas influências das ações, propostas e programas que ocorrem no âmbito da gestão educacional sobre a gestão escolar. Há, ainda, estudos que focalizam na compreensão de fatores associados ao desempenho dos alunos, constituindo um veio analítico específico; muitas vezes, nestes estudos, a gestão e suas características, em nível macro, meso ou micro, são tomadas como variável para a compreensão do fenômeno do desempenho dos alunos. A distribuição dos estudos nesses quatro eixos é apresentada na Tabela 1.

**Tabela 1** – Distribuição dos estudos segundo foco na gestão educacional, na gestão escolar ou na análise de fatores associados ao desempenho dos alunos

<b>Ênfase do estudo</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Gestão escolar	16	36,4
Gestão educacional	16	36,4
Discussão de fatores associados	8	18,2
Gestão educacional e gestão escolar	4	9,1
<b>Total</b>	<b>44</b>	<b>100,0</b>

Fonte: elaboração da autora

Ressalta-se, contudo, que essa organização tem propósitos didáticos, visto que muitos trabalhos cujo foco de análise é a gestão escolar, investigam também a utilização das avaliações na gestão educacional nos demais níveis de implantação da política.

## **Doutorados**

A partir do recorte especificado, foram localizados 9 trabalhos de doutorado que focalizam as relações entre avaliação externa e gestão educacional, elencados no Quadro 1.

Squilasse (2005) investiga como duas escolas com diferentes tipos de gestão (que ilustrariam as concepções de gestão sociocrítica e de gestão científico-racional) e, portanto, com diferentes culturas organizacionais reinterpretem e implementam políticas educacionais, focalizando suas análises na implementação do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar de São Paulo (Saresp), no programa Recuperação Intensiva nas Férias Escolares e no Fórum “Escola dos Nossos Sonhos”.



**Quadro 1** – Doutorados sobre avaliação e gestão

<b>Autor</b>	<b>Ano</b>	<b>Título</b>	<b>Orientador</b>	<b>Instituição</b>
Maria do Carmo Squilasse	2005	O processo de tomada de decisão na escola: as políticas públicas em educação e as demandas e expectativas da comunidade	GREGO, Sonia Maria Duarte	UNESP/ Araraquara
Dione Maribel Lissone Figueiredo	2008	Gestão municipal, qualidade de ensino e avaliação do rendimento escolar: um estudo do município de Cosmorama	GENTILINI, João Augusto	UNESP/ Araraquara
João Batista Zanardini	2008	Ontologia e avaliação da educação básica no Brasil (1990- 2007)	EVANGELISTA, Olinda	UFSC
Renato Júdice de Andrade	2008	Qualidade e equidade na educação básica brasileira: as evidências do Saeb 1995-2003	SOARES, José Francisco	UFMG
Silvia Cristina de Souza	2010	Mecanismos de quase-mercado na educação pública brasileira	BUENO, Maria Sylvia Simões	UNESP/ Marília
Maria Helena Oliveira Gonçalves Augusto	2010	A regulação das políticas educacionais em Minas Gerais e a obrigação de resultados: o desafio da inspeção escolar	OLIVEIRA, Dalila Andrade	UFMG
Ibanor Möllmann	2010	Gestão e avaliação em larga escala: uma análise a partir da perspectiva de escolas privadas no Rio Grande do Sul	WERLE, Flávia Obino Corrêa	UNISINOS
Adilson César de Araújo	2011	Avaliação e qualidade da educação: contradições e mediações entre políticas e a prática escolar no Distrito Federal	GRACINDO, Regina Vinhaes	UnB
Erisevelton Silva Lima	2011	O diretor e as avaliações aplicadas na escola	VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas	UnB

Figueiredo (2008) discute o papel da avaliação de desempenho escolar denominada Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar Municipal (SAREM), desenvolvida pela Secretaria Municipal de Educação de Cosmorama (SME), como diagnóstico da realidade educacional deste município, buscando analisar se, a partir da avaliação, tem havido avanços em termos da aprendizagem dos alunos. Segundo a autora, os indicadores de desempenho dos alunos de 2ª e 4ª série, em Língua Portuguesa e Matemática, fornecidos pelo SAREM, têm subsidiado a elaboração de propostas de intervenção técnico-pedagógica por parte da secretaria municipal de educação, possibilitando a melhoria da gestão do sistema de educação e oferecendo contribuições para a reorganização dos componentes curriculares e dos processos pedagógicos nas escolas.

Zanardini (2008) busca compreender os pressupostos ontológicos presentes no processo de surgimento e consolidação da avaliação externa com um dos pilares da gestão da Educação Básica no Brasil. Em seu trilhar teórico-metodológico, o autor retoma brevemente a história dos testes de medição de capacidades humanas e discute o papel das reformas educacionais na atualidade. Para o autor, as avaliações em larga

escala investigadas (Saeb, Enem e Pisa) estão a serviço de um referencial liberal-conservador que, dentre outros aspectos, valoriza a medição de resultados e não a compreensão dos problemas existentes no âmbito da escola e que incidem fortemente sobre os resultados por ela obtidos. Para o autor a avaliação se presta à manutenção de uma estrutura social que se sustenta sobre a exploração do trabalho, ou seja, para a manutenção de um *status quo* social. Aponta, assim, contradições entre o modelo avaliativo vigente e o discurso propugnado nas políticas e programas em prol da qualidade do ensino.

Andrade (2008) se propõe a analisar a qualidade e equidade do sistema brasileiro de educação básica tomando como base os dados de desempenho dos alunos, aferidos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) nos ciclos de 1995, 1997, 1999, 2001 e 2003. Por meio da análise dos dados, o autor busca compreender quais fatores impactam o desempenho dos alunos, considerando que este é reflexo de uma inter-relação de fatores e escolhendo alguns deles para sua análise: o efeito da escola sobre o aluno, a dependência administrativa da escola e a raça/cor dos alunos. Por meio do ajuste de modelos hierárquicos de regressão, o autor obtém resultados que indicam que algumas escolas têm efeito diferenciado e, portanto, devem possuir uma prática de gestão pedagógica de seus recursos que poderia ser compartilhada com outras escolas. Auxiliando na melhoria da educação básica no Brasil. O estudo mostra, também, que embora os resultados tenham mostrado que várias escolas conseguem diminuir diferenças socioculturais e econômicas pré-existentes entre brancos e negros, parece que essa diminuição ocorre à custa de um menor desempenho dos alunos em geral, ou seja, as escolas mais equitativas em termos de cor parecem ter menor efeito escola. Cabe destacar que, ainda que tenha sido selecionado pelos critérios determinados pelo recorte da pesquisa, o trabalho de Andrade não faz, diretamente, uma discussão sobre gestão educacional. A partir de suas considerações acerca da qualidade e equidade racial na escola brasileiro, o autor aponta caminhos que deveriam ser foco de preocupação dos propositores de políticas educacionais e gestores, mas não adentra as discussões propostas.

Möllman (2010) busca compreender as relações entre avaliação em larga escala e gestão da Educação Básica, desde uma perspectiva das escolas privadas do Rio Grande do Sul, analisando como essas escolas fazem uso dos resultados de avaliação externa e como estes usos afetam a gestão. O estudo abrangeu um total de 77 das 482 escolas privadas que oferecem o nível fundamental de ensino. Para realizar suas

reflexões, busca traçar um quadro teórico sobre as relações entre a gestão e a avaliação, diferenciando “gestão” e “administração” e utilizando aportes que possibilitem compreender o papel da avaliação externa na gestão educacional nos dias atuais. Realizou, também, uma ampla pesquisa bibliográfica, com o intuito de mapear e discutir a produção de conhecimento referente aos temas avaliação da educação básica, gestão da escola privada e avaliação em larga escala, tendo como base a Biblioteca Científica Eletrônica Online (SCIELO), os periódicos disponibilizados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Revista de Educação Católica da Associação das Escolas Católicas (AEC). Sua pesquisa abrange o período de 2000 a 2009. O autor concluiu que a maioria das escolas privadas estudadas reconhece a importância das avaliações externas como um instrumento auxiliar à gestão, quer no âmbito do planejamento, quer no de diagnóstico da realidade.

Augusto (2010) analisa os efeitos das mudanças no trabalho da inspeção escolar em vigência no estado de Minas Gerais, em um contexto de modernização dos serviços públicos, influenciada por um enfoque gerencial que objetiva a racionalização dos serviços públicos e sua regulação. A autora buscou compreender como a introdução de novos mecanismos de regulação, interfere – ou não – em seu trabalho, tomando como base a organização da Inspeção Escolar no estado mineiro. Partindo da análise documental de documentos oficiais (documento “Choque de Gestão”, disposições normativas), a autora realizou observação das atividades da Inspeção Escolar nos Núcleos de Inspeção, bem como entrevistas e coleta de dados por meio de questionários. Partindo do princípio de que em Minas Gerais “a inspeção escolar atua em diversas vertentes (administrativa, financeira e técnico-pedagógica), exercendo a verificação da legalidade escolar e a vigilância da forma de funcionamento da escola” (p. 15), a autora hipotetiza que as medidas políticas em curso, no âmbito do Programa Choque de Gestão estariam incongruentes com a própria função da inspeção. Para embasar suas análises, ela retoma a natureza e a carreira da inspeção escolar, analisa a política denominada “Choque de Gestão” e debruça-se sobre o conceito de regulação, traçando sua trajetória desde suas origens até os dias atuais. A partir de suas análises, concluiu que em Minas Gerais há a coexistência de dois modelos de administração, o burocrático, no qual se insere a inspeção, e o focado nos resultados, no qual se insere os programas Acordo de Resultados e Choque de gestão, inaugurando uma ambiguidade, uma contradição na forma de condução das políticas. Assim, infere-se, a partir de Augusto, que a regulação das políticas educacionais da SEEMG é representada por um

modelo linear e vertical, com base nas medidas interventoras propostas no âmbito do Choque de Gestão e à inspeção é relegado o papel de regular a própria política reguladora, ou seja, o Acordo de Resultados, num misto dos dois modelos de regulação por ela explicitados.

Souza (2010) busca apreender evidências da presença de mecanismos de quase-mercado nas políticas educacionais brasileiras, tendo como foco de análise o Plano Nacional de Educação, o Plano de Desenvolvimento da Educação, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e os artigos da Constituição Federal que tratam de educação, bem como da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A autora contextualiza a reforma educacional brasileira no contexto da reforma de Estado, situando a emergência do conceito de quase-mercado em educação. Apoiada em diversos autores, discute a substituição do termo administração escolar pelo de gestão educacional, defendendo que este último introduz na gestão educacional formas de pensar e gerir próprias da gestão empresarial. Aponta, ainda, que a CF 88 não teria assumido os novos princípios de gestão pública, como eficiência, efetividade e o mercado, mas sim enfatizado o princípio da gestão democrática da educação que, ainda que não explicitado em seu significado e nas formas de consolidação, vai embasar, também, a proposta de Lei de Diretrizes e Bases de 1996. Assim, os princípios mais condizentes com a gestão empresarial teriam sido implementados pelas Reformas de Estado, o que levou a incongruências entre o desejável, expresso na letra da lei, e o realizado a partir da consolidação de políticas educacionais que influenciam a gestão do sistema educacional. Para Souza, a ênfase no discurso da gestão democrática, inclusive, teria feito parte de uma estratégia de desresponsabilização do Estado, coerente com os parâmetros de gestão pública tecnocrática ou da nova gestão pública.

Outros trabalhos de doutorado selecionados para análise apontam incongruências entre a concepção de gestão presente no marco legal federal e a concepção de gestão educacional veiculada por meio das políticas educacionais contemporâneas e das avaliações externas de sistemas de ensino. É o caso dos trabalhos de Araújo (2011) e Lima (2011).

Araújo (2011), por exemplo, ao analisar dois programas educacionais da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, implantados durante os anos de

2007 e 2010, a Lei de Gestão Compartilhada das Escolas e o Sistema de Avaliação do Desempenho das Instituições Educacionais do Sistema de Ensino do DF – SIADE, buscando identificar sua influência no cotidiano escolar e na formulação dos indicadores de qualidade da educação no DF, percebe que a Lei de Gestão Compartilhada e o SIADE interferiram na organização do trabalho escolar, induzindo a um determinado padrão de qualidade trabalhado pelas escolas. Tal padrão seria notadamente influenciado por uma lógica de gestão que busca a “eficiência”, o “cumprimento de metas”, a “curto prazo”, inaugurando uma fase de “gestão de resultados” na gestão educacional local, indo ao encontro das características dominantes nos processos de gestão e avaliação elencados por Souza (2010). Araújo desenvolve seu trabalho procurando apontar contradições entre o que foi planejado pela Secretaria de Educação – em relação aos dois projetos – e o que de fato foi feito em duas escolas públicas da região, que constituíram seu estudo de campo, ilustrando a discussão proposta por Souza (2010) em seu trabalho.

Lima (2011) procura compreender a ação e influência do diretor escolar sobre as práticas de avaliação da aprendizagem, institucional e de larga escala. Para isso, o autor analisa a participação do diretor em atividades e momentos de interação com professores, coordenadores pedagógicos, os estudantes e os pais, em momentos de discussão sobre a temática da avaliação. Na construção da argumentação são discutidos o entendimento do diretor sobre as práticas avaliativas que ocorreram na escola, os reflexos e articulações presentes nestas práticas, com um olhar específico sobre as influências do Sistema de Avaliação do Desempenho das Instituições Educacionais do Sistema de Ensino do Distrito Federal (SIADE) sobre o trabalho do diretor. O autor conclui que a articulação, no âmbito da escola, das três dimensões da avaliação analisadas, não depende apenas de seus gestores, visto que principalmente as avaliações em larga escala envolvem outros atores e interesses que interferem nas possibilidades de um trabalho mais articulado em seu interior. No que se refere à avaliação institucional, o estudo aponta que ainda não é prática conhecida na escola, que não está preparada para realiza-la de acordo com as propostas vigentes.

Assim, os vários trabalhos contribuem, a partir de diversos focos e objetos de análise, para o entendimento da institucionalização de uma concepção de gestão educacional, eivada de princípios da Nova Gestão Pública, que se afasta da que foi proposta na Constituição de 1988 (e refletia anseios populares e lutas históricas).

## Conclusões

Essa rápida descrição das temáticas que foram objeto de estudo nos trabalhos selecionados permite perceber que já há um acúmulo de produção em temas que têm sido bastante controversos nas discussões acerca das avaliações de sistemas educacionais. Ainda que a maioria dos estudos seja de natureza qualitativa, focados em casos isolados, em seu conjunto apontam tendências no caminho que as políticas de avaliação interna têm assumido em várias instâncias, as controvérsias em relação a essas políticas, como elas têm influenciado o trabalho realizado nas escolas e no próprio sistema de ensino.

A produção silencia, no entanto, sobre algumas questões que precisariam ser mais investigadas, decorridos vinte anos da implementação do Saeb e em um contexto de expansão dos sistemas de avaliação nos estados e municípios brasileiros. Estudos mais focalizados nos currículos praticados nas escolas e nos sistemas, a partir da intensificação das avaliações, bem como sobre a utilização dos resultados como base para o estabelecimento de outras políticas voltadas à gestão do sistema (bonificação e contratação de professores e gestores, distribuição de recursos às escolas, publicização dos resultados alcançados, elaboração de índices próprios, dentre outros) trariam informações oportunas para compor um painel que possibilitasse ter notícias sobre como estas questões estão se concretizando no território nacional.

## Referências

- BAUER, A. Estudos sobre Sistemas de Avaliação Educacional. **Revista @mbienteeducação**, v. 5, p. 7-31, 2012.
- BAUER, A. Formação continuada de professores e resultados dos alunos no Saresp: propostas e realizações. **Educação e Pesquisa**. São Paulo: Faculdade de Educação da USP, v. 37, n. 4, p. 809-824, dez. 2011.
- BAUER, A. Usos dos resultados das avaliações de sistemas educacionais: iniciativas em curso em alguns países da América. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 91, p. 315-344, 2010.

- BAUER, A. ; REIS, A.T. Balanço da produção teórica sobre avaliação de sistemas educacionais no Brasil: 1988 - 2011. In: **36A. REUNIÃO NACIONAL DA ANPED**, 2013, Goiânia. Sistema Nacional de Educação e Participação Popular: desafios para as políticas educacionais. Rio de Janeiro: Anped, 2013. v. 1. p. 1-18.
- BONAMINO, A.; SOUSA, S. Z. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 2, Jun. 2012.
- BROOKE, N. P.; CUNHA, M. A.; FALEIROS, M. A Avaliação externa como instrumento da gestão educacional nos estados: **Relatório Final**. GAME/Fundação Victor Civita, agosto/2011. Disponível em: <http://www.fvc.org.br/pdf/relatorio-avaliacoes-externas.pdf>, Acesso em 27/12/2012.
- FREITAS, D. N. T. Avaliação da Educação Básica no Brasil: características e pressupostos. BAUER, A.; GATTI, B. A.; TAVARES, M. R. **25 anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil**: origens e pressupostos. Florianópolis: Insular, 2013, p. 70-96.
- GIMENES, N. A. S.; SILVA, V. G. **Uso da avaliação externa por equipes gestoras e profissionais docentes**: um estudo em quatro redes de ensino público. Relatório de pesquisa. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Fundação Itaú Social, 2012.
- HORTA NETO, J. L. **As avaliações externas e seis efeitos sobre as políticas educacionais**: uma análise comparada entre a União e os estados de Minas Gerais e São Paulo. Tese (Doutorado em Política Social) – Instituto de Ciências Humanas - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- MARTINS, A. M.; SOUSA, S. M. Z. Avaliação educacional e gestão de sistemas e de escolas: estado do conhecimento (2000 – 2008). **25º SIMPÓSIO BRASILEIRO E 2º CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO**. PUC\_SP, São Paulo, 26 a 30 de abril de 2011. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0064.pdf>. Acesso em 15/10/2013.
- OLIVEIRA, R. P. de. Ideb e trabalho pedagógico da escola: uma articulação possível. **Avaliação Educacional**, São Paulo: Editora Segmento, set. de 2011, p. 76-90. Número especial da Revista Escola Pública.

- SOUSA, S. M. Z. Avaliação do rendimento escolar como instrumento de gestão educacional. OLIVEIRA, D. A. **Gestão democrática da educação**: desafios contemporâneos. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 264-283.
- SOUSA, S.M.Z.L.; OLIVEIRA R. P. **Sistemas de avaliação educacional no Brasil**: características, tendências e uso dos resultados. Relatório de Pesquisa apresentado à FAPESP, São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 2007.
- SOUZA, M. A. de. O uso dos resultados da avaliação externa da escola: relação entre os resultados da avaliação externa e a avaliação interna dos alunos. BAUER, A.; GATTI, B. A. **25 anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil**: origens e pressupostos. Florianópolis: Insular, 2013, p. 163- 176.
- VIEIRA, S. L.. Política (s) e Gestão da Educação Básica: revisitando conceitos simples. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 53-69, jan./abr. 2007.
- WERLE, F. O. C. Políticas de avaliação em larga escala na educação básica: do controle de resultados à intervenção nos processos de operacionalização do ensino. **Ensaio**: avaliação e políticas públicas de educação, Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 769-792, out./dez. 2011.